



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

## Estado de Minas Gerais

CONTRATO Nº 030/2022

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MIRAÍ, E A SENHORA MARIA INEZ VANE LOURES.**

Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE MIRAÍ**, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.966.201/0001-40, com sede na Praça Raul Soares, 126, Centro, na cidade de Mirai, MG, doravante denominado **LOCATÁRIO**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES**, brasileiro inscrito no CPF sob o n.º 006.605.036-70, e da Senhora Maria Inez Vane Loures, CPF: 622.406.847-04, Carteira de Identidade M-2.508.548SSP/MG, denominado **LOCADOR**, de conformidade com o Processo Licitatório nº 045/2022, Dispensa de Licitação nº 019/2022, e de conformidade com o inciso X do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O **LOCADOR** é proprietário do imóvel localizado na Rua João Resende, nº 280, Centro, Mirai-MG, e, na forma da Lei, loca o mesmo ao **LOCATÁRIO**, onde está instalado o SAMU.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O presente contrato é ajustado pelo prazo de 12(doze) meses, a contar da data de 01 de abril de 2022, encerrando-se em 31 de março de 2023, data na qual cessam seus efeitos, independente de notificação ou aviso ficando obrigado o **LOCATÁRIO**, a restituir o imóvel completamente desocupado, nas condições previstas pela lei e por este contrato, sob pena de incorrer na multa contratada no presente, bem como sujeitar-se ao disposto no art. 1196 do Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O valor da locação mensal do aluguel é de R\$780,00 (setecentos e oitenta reais), totalizando no prazo de 12 meses o valor de R\$9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais), que o **LOCATÁRIO** se obriga a pagar todo dia 30 do mês subsequente ao vencido.

**CLÁUSULA QUARTA:** O não pagamento do aluguel, no prazo ora estipulado, ensejará acréscimo de juros a 1% ao mês, corrigido monetariamente, na forma da Lei.

**CLÁUSULA QUINTA:** Obriga-se o **LOCATARIO**, em épocas próprias e nos termos da Lei 8.245, de 18/10/98, em seu artigo 23, a pagar os impostos, taxas, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA:** O inadimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato por parte do **LOCATÁRIO**, por mais de 90(noventa) dias, ensejará a promoção imediata, nos termos da Lei, da competente Ação de Despejo, ficando todas as despesas por conta do **LOCATÁRIO**, de acordo com a Sucumbência.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **LOCATÁRIO** obriga-se por todas as obras que necessárias forem para conservação e higienização do imóvel locado, trazendo-o limpo e em boas condições quanto as benfeitorias nele existentes, bem assim, todos os demais acessórios em perfeito estado na ocasião da restituição do presente imóvel.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica estipulado não ser permitida a transferência deste Contrato, a qualquer título, bem como, a sub - locação total ou parcial, cessão ou empréstimo do imóvel, sem prévio e expresse consentimento do **LOCADOR**, que o fará por escrito; que o imóvel deverá estar desocupado ao término do presente Contrato, haja ou não a citada autorização, ficando ainda impedida qualquer modificação ou transformação do imóvel sem anuência do **LOCADOR**, nas mesmas condições acima.

**CLÁUSULA NONA:** Quaisquer estragos que o **LOCATÁRIO** der causa no referido imóvel, suas instalações, bem assim as despesas decorrentes para retornar o imóvel ao estado anterior, ensejadas por modificação, desautorizada, por parte do **LOCADOR**, serão pagas à parte, não sendo por isso, incluídas na multa contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Fica autorizado, desde já, o **LOCADOR**, ou seu representante, a examinar, ou fazer as vistorias, que entender necessárias, no momento que julgar conveniente, no imóvel locado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Obriga-se o **LOCATÁRIO**, a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos, a que der causa, na vigência desse Contrato, não motivando, estas exigências, a resolução deste Contrato, não sendo permitido o abandono do imóvel, por intimação do Serviço Sanitário salvo a que, fundada em vistoria judicial apure estar a construção ameaçando ruir.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAI

## Estado de Minas Gerais

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O imóvel locado destina-se única e exclusivamente a fins de instalação do SAMU, não sendo lícita, sem prévio e expreso consentimento do **LOCADOR**, a mudança de destinação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 00.2.09.00.10.122.0026.2.0088 - MANUTENÇÃO DA SEDE DO SAMU NO MUNICÍPIO- 3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Elegem as partes o Foro da Comarca de Mirai, MG, para dirimir qualquer ação oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, mandaram digitar este instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só fim e efeito, indo ambas assinadas pelas partes e pelas testemunhas abaixo que presenciarem o ajuste.

Mirai, MG, 01 de abril de 2022.

**ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES**  
Prefeito de Mirai – LOCATÁRIO

**MARIA INEZ VANE LOURES**  
CPF: 622.406.847-04  
LOCADOR

**Testemunhas:**

Nome: Luciana Dinar da Silva

Nome: Aílton Soares da Costa

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

CPF: 055.820.116-41

CPF: 317.280.816-53

**Parecer Jurídico:**

Atendendo as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, declaro estar de acordo com os termos do presente Contrato.

Mirai-MG, 01 de abril de 2022.

**DR. CARLOS EDUARDO ALVES DOS REIS**  
OAB/MG 136.432